

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM BEM OU UM MAL NECESSÁRIO?

IANESKO, Jéssica Caroline.¹

STOCK, Jane Cristina.²

SIMONI, Tainã Lopes.³

RESUMO

O presente trabalho apresenta como assunto/tema a importância da Habitação de Interesse Social/ Os reflexos que as habitações de interesse social trazem para áreas menos favorecidas de uma cidade. A pesquisa teórica originou-se a partir do seguinte questionamento: Que reflexos a construção de habitação de interesse social podem trazer para áreas menos favorecidas de uma cidade? Parte-se da hipótese inicial de que a construção de habitação de interesse social para áreas menos favorecidas de uma cidade podem interferir positivamente diante do aumento populacional e consequentemente da economia e comércio local. O trabalho se realizou através de pesquisas bibliográficas, por meio da leitura de diversos artigos e publicações acerca do assunto. Respondendo ao problema de pesquisa constatou-se que os reflexos podem ser tanto positivos como negativos, como o exemplo a Vila da Barca, local totalmente alagado com casas sob palafitas e sem infraestrutura e que após a construção do Conjunto Habitacional Vila da Barca o espaço recebeu novas moradias permitindo que o mesmo se transformasse tanto socialmente como economicamente. Já o aspecto negativo, foi constatado que no Loteamento Zilda Arns houve a construção de novas moradias, porém estas com baixa qualidade construtiva e dos materiais utilizados, assim como o descaso dos moradores para a conservação das residências e áreas de lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de Interesse Social, Áreas menos favorecidas, Aspectos positivos e negativos

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou o assunto/tema da Importância da Habitação de Interesse Social/ Os reflexos que as habitações de interesse social trazem para áreas menos favorecidas de uma cidade. A justificativa para a realização desse trabalho é analisar e verificar os reflexos que as habitações de interesse social trazem para áreas menos favorecidas de uma cidade e também servir

¹Acadêmica do 7º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: j.ianesko@hotmail.com

²Acadêmica do 7º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: stockjcs1206@gmail.com

³Professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, especialista em projeto de gestão e sustentabilidade. E-mail: tai_lopes@hotmail.com

de base referencial e auxílio para acadêmicos, professores, arquitetos e profissionais que buscam conteúdo e informações provenientes do assunto abordado.

O problema da pesquisa foi: Que reflexos a construção de habitação de interesse social podem trazer para áreas menos favorecidas de uma cidade? Intencionando a resposta ao problema de pesquisa, foi elaborado o seguinte objetivo geral: Identificar os reflexos que as habitações de interesse social trazem para áreas menos favorecidas de uma cidade. Para se atingir o objetivo geral foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) conceituar habitação de interesse social, b) apresentar contexto histórico da habitação social no Brasil, c) identificar o interesse e a preocupação de arquitetos e planejadores com a construção de habitação de interesse social, d) relacionar o interesse de arquitetos e planejadores com o cenário atual da construção de habitação de interesse social, e) apresentar a situação atual de pessoas que não possuem casa própria e vivem em situação de pobreza f) responder ao questionamento inicial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Segundo Abiko (1995), habitação é sinônimo de abrigo e para ela cumprir sua função deve conter um espaço confortável, seja segura, salubre e esteja integrada ao entorno que a cerca. O conceito de Habitação de Interesse Social está relacionado com a produção de moradias de baixo custo e possui vários tipos de categorias, como: habitação subnormal, de interesse social, de baixo custo e habitação para população de baixa renda.

Para Fernandes (2003), a habitação desempenha três funções principais. A função social, a qual está voltada para o abrigo da família é um fator fundamental para seu desenvolvimento. A função ambiental, que está voltada para o sistema de infraestrutura, saúde, educação, transporte, trabalho e lazer, assim como determinar o impacto destas estruturas sobre os recursos naturais disponíveis. E a terceira é a função econômica que está ligada com a sua produção, a qual oferece novas oportunidades na geração de emprego e renda, impulsionando vários setores da economia local instigando o mercado imobiliário de bens e serviços.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Bonduki (2011), foi na Era Vargas que ocorreu o surgimento da habitação social no Brasil. Nessa época, o país seguiu uma tendência internacional onde o Estado financiava moradias, agindo de diferentes formas para reduzir o peso da habitação no bolso do trabalhador. Este tenha sido o principal resultado de intervenção do Estado na questão da habitação. A produção de habitações pelo governo, em regiões e momentos específicos foi expressiva e do ponto de vista qualitativo, a produção de conjuntos destacou-se pelo nível dos projetos, definindo tipologias de e ocupação do espaço.

Entretanto, nas habitações de interesse social faltou uma política eficaz de produção e financiamento para garantir o retorno adequado dos investimentos no setor, tornando-se uma intervenção pública cada vez mais irrelevante. Além do mais, se os recursos financeiros tivessem se concentrado em um só órgão, a capacidade do governo enfrentar o problema da questão habitacional teria sido muito melhor. (BONDUKI, 2011)

2.3 INTERESSE E A PREOCUPAÇÃO DE ARQUITETOS E PLANEJADORES COM A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Segundo o site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, em 2016, o Prêmio Pritzker premiou o arquiteto chileno Alejandro Aravena por projetos na área da habitação de interesse social. Entre eles, está a habitação social Quinta Monroy, onde aplicou o conceito da casa semiconstruída e a reconstrução de uma cidade chilena atingida pelo terremoto em 2010. Aravena traz o envolvimento da comunidade com as propostas feitas por ele.

De acordo com o mesmo site, para que as políticas públicas possam dar conta das demandas relacionadas à urbanização e habitação, é necessária a presença e atuação dos arquitetos e urbanistas nas prefeituras, pois o estímulo de uma carreira na área pública é uma forma de batalhar pela causa da habitação. Além disso, além da funcionalidade dos espaços projetados para o interesse social, é necessária uma visão social, de lazer e cultura. No sentido de proporcionar o direito à moradia para a população de baixa renda, surge a lei 11.888, de 2008, que possibilita o acesso gratuito a esses recursos. É necessário, portanto, por parte da arquitetura de interesse social, o contato do arquiteto

com a população. Só a partir dessa interação, o arquiteto pode compreender as particularidades das camadas menos privilegiadas da população.

Segundo a planejadora Maricato (2009), a partir da década de 1980, viveu-se o aumento da violência e do desemprego, consequência disso foi a queda do crescimento econômico, o ajuste fiscal e o recuo das políticas públicas. Em 2008, com a crise internacional, fez com que houvesse a necessidade da desaceleração do PIB. Diante disso, o governo federal além de expandir as políticas de incentivo à liquidez na economia doméstica e das políticas de estabilização cambial cria estímulos para a atividade econômica, sendo que parte desses estímulos se focou na construção civil, que tem papel relevante na geração de empregos e nas variações do PIB.

Ainda de acordo com a autora, essas variações criam demandas tanto “para trás” (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia, etc.) como “para frente” (eletrodomésticos, mobiliários), gerando a oferta de empregos. Junto com as iniciativas do governo foi constituído o programa “Minha Casa, Minha Vida” em 2009, por meio da aprovação da Medida Provisória nº 459, a qual previa a construção de 1 milhão de moradias no período de dois anos, assim como a promessa da geração de empregos, renda e base econômica para um país receoso da crise.

O Programa não se refere à questão urbanística e deixa a desejar à questão da habitação social, ou seja, pode-se prever alguns impactos negativos que os novos conjuntos irão gerar nas localizações inadequadas. Para cada moradia é necessário um espaço de terra e esta necessita de infraestrutura como: redes de água, energia, esgoto, drenagem, transporte coletivo, equipamentos de educação, saúde, abastecimento, etc. Porém, no Brasil, a maioria da população urbana de baixa renda está excluída, sem acesso a esses recursos, restando aos mesmos ocupar o que sobra, como mangues, morros, várzeas, matas, etc. vindo, muitas vezes, a se estender por áreas ilegais e periféricas. Desde 2001, quando foi criado o Estatuto das Cidades, o qual regulamenta a aplicação da função social da propriedade, este vem sofrendo com a resistência da sua aplicação por parte do Estado e da sociedade. Pelo fato de os pobres não caberem nas cidades, os conjuntos habitacionais passaram a ser construídos em terras baratas e distantes. (MARICATO, 2009)

2.4. A SITUAÇÃO ATUAL DE PESSOAS QUE NÃO POSSUEM CASA PRÓPRIA E VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA

2.4.1 A situação vivida por moradores no Complexo da Maré, Rio de Janeiro

Segundo Platonow (2014), o Complexo da Maré, na zona norte do Rio, ocupado por 2.700 homens das Forças Armadas e da Polícia Militar não interfere na rotina dos 130 mil moradores, a não ser pela presença constante de militares e das revistas em veículos, a vida segue normalmente, em meio à pobreza extrema, valas de esgoto e moradias improvisadas.

Diante de alguns relatos de moradores pode-se ter uma ideia de como os mesmos vivem no Complexo da Maré. Segundo Oliveira, (que trabalha como pescador e mora às margens de um valão na localidade conhecida como McLaren, na Vila do Pinheiro) “ A gente quer é que nos tirem daqui moço. A situação está precária. Quando chove, a água sobe e o esgoto invade tudo. A gente quer um lar, para podermos viver com os nossos filhos”. Para Costa, (que mora há 12 anos no local e trabalha como camelô vendendo balas na zona sul) “É horrível. Aqui tem rato, barata, lacraia. Queremos ganhar uma casa. É o meu sonho”. E por fim, a assessoria de comunicação da Força de Pacificação, informou que não há, por parte dos militares, pedido para remoção de moradores das imediações do terreno. A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) instalou no local um ponto de apoio para os trabalhadores, visando agilizar a limpeza da área. (PLATONOW, 2014)

Figura 01- Complexo da Maré



Fonte: www.ebc.com.br

2.4.2 Diagnóstico de um plano de habitação social na cidade de Marília, São Paulo.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Marília, Marília apresenta uma grande periferia, onde os bairros dispostos no entorno da cidade sofrem com problemas de infraestrutura; rede de esgoto e tratamento; asfalto; guias e sarjetas; etc. Pelo fato da cidade hoje ser de grande porte, apresenta problemas habitacionais, bem próprio dos grandes centros urbanos, como os cortiços, que são ocupados por pessoas de classe baixa, que estão desempregadas ou com empregos pouco

valorizados de renda baixa. Diante da falta de emprego registrado essas pessoas não tem acesso a FGTS, 13º salário, férias, etc.

Ainda no site, foram relacionados bairros localizados nas periferias da cidade de Marília e a situação do local e das famílias que residem nos mesmo. Um exemplo é o Jardim Santa Paula, que está localizado a 5 km do centro da cidade, com índice de ocupação de 100% da área, com 68 famílias cadastradas, distribuídas em 68 domicílios, num total de 186 pessoas. Porém a estimativa é de que 78 famílias estejam morando neste local, tendo um déficit por coabitação de 10 unidades. O tipo de parcelamento é irregular devido a característica de assentamento precário. A ocupação é espontânea, com a construção de casas de madeira e alvenaria. Parte do núcleo está em uma área de risco, diante da proximidade com o córrego. Quanto aos equipamentos sociais, o hospital está a 3 km; posto de saúde a 250 metros; escola a 300 metros; creche a 300 metros, e área de lazer não existe. A coleta de lixo ocorre em uma rua próxima e o transporte coletivo passa a 50 metros. Foram construídas guias e sarjetas, calçadas, pavimentação em parte do assentamento; possui rede de água, energia elétrica, iluminação pública e o escoamento de águas pluviais é desordenado e não tem rede de esgoto e tratamento.

Conforme a pesquisa realizada pela prefeitura municipal de Marília, constatou-se que aproximadamente 52 domicílios não precisem ser remanejados, que ao menos necessitem de urbanização simples com melhoria nas unidades habitacionais. E 16 domicílios que estão vivendo em Área de Preservação Permanente (APP) necessitam ser remanejados, e para isso constatou-se a existência de grandes vazios urbanos ao lado do assentamento. A Comunidade Santa Paula apresenta em seu perfil populacional, quanto aos domicílios cadastrados, uma densidade média de 2,77 por família em cada residência e faixa de renda de um a dois salários mínimos. Diante disso, pode-se ter uma leitura da situação real e das condições sociais e econômicas, para um possível planejamento e intervenção futura.

Figura 02 – Aglomerado subnormal Jardim Santa Paula



Fonte: Prefeitura Municipal de Marília

2.4.3 Avaliação pós-ocupação em conjunto habitacional de interesse social construído com paredes de concreto moldadas in loco na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Segundo Oliveira (2016), a cidade de Santa Maria, a quinta maior do estado do Rio Grande do Sul, estava com um elevado déficit habitacional, diante disso, o município propôs como objetivo através do Plano Local de Habitação de Interesse Social mudar esses números e atender a 100 % da população até 2025. A partir dos diversos programas sociais direcionados para a habitação, o município já construiu unidades voltadas para habitantes das áreas de risco, rotas de obras e outras demandas da justiça. Atualmente, o programa MCMV tem sido responsável por diversos empreendimentos de grande porte na cidade com o objetivo de erradicar o déficit local, dentre eles está o loteamento Zilda Arns, composto por 500 unidades unifamiliares e concluído em junho de 2012, conforme figura 04.

Figura 03 – Loteamento Zilda Arns



Fonte: Oliveira, 2008

Ainda de acordo com Oliveira (2016), a Avaliação Pós-Ocupação é um meio muito importante para a verificação do desempenho das edificações, pois torna possível investigar a qualidade do ambiente construído, considerando fatores técnicos, funcionais, estéticos e comportamentais, diagnosticando aspectos negativos e deficiência do espaço. Por meio desta, foi possível avaliar as habitações de interesse social do Loteamento Zilda Arns, em Santa Maria, RS, através de questionários direcionados aos moradores, vistorias técnicas e levantamento fotográfico. O objetivo foi identificar as deficiências e manifestações patológicas do sistema construtivo de paredes de concreto moldadas in loco, avaliar a qualidade e o desempenho dos materiais e acabamentos das unidades habitacionais e do loteamento, considerando a opinião e satisfação dos moradores. Foram vistoriadas 60 unidades habitacionais, selecionadas aleatoriamente em todo o

loteamento. Entre os principais problemas identificados no loteamento foram os relacionados à ausência de equipamentos comunitários e áreas de lazer e, no que se refere a habitação, foram identificadas manifestações patológicas relacionadas ao sistema construtivo e a qualidade dos materiais empregados na edificação. Apesar dos problemas identificados na aplicação da Avaliação Pós-Ocupação, a maioria dos moradores está satisfeito, porém esse fato pode estar relacionado com a situação precária da moradia anterior e não pela qualidade construtiva e níveis de conforto ambiental oferecidos na atual unidade habitacional.

Figura 04 – Áreas de Lazer 2012/2015: Salão Comunitário



Fonte: Oliveira, 2008

Figura 05- Áreas de Lazer 2012/2015: Quiosque



Fonte: Oliveira, 2008

2.4.4 As mudanças ocorridas na Vila da Barca, Belém do Pará, depois da construção do conjunto habitacional de interesse social

Segundo Sarges (2010), a cidade de Belém, no século XIX, passou por crescente desenvolvimento econômico, diante da grande ascensão da borracha que trouxe mais emprego e consequentemente mais pessoas chegaram para morar na cidade, entre estas, as famílias aristocratas que vinham para investir na região e se instalavam na parte alta da cidade, enquanto os migrantes

menos favorecidos, passam a se instalar em áreas alagadas, próximas ao centro comercial e portuário da cidade.

De acordo com Souza (2006), o nome da comunidade Vila da Barca teve origem após a apreensão de uma embarcação portuguesa pela Capitania dos Portos. A barca serviu não só como ponto de referência para ribeirinhos que vinham de Belém para vender seus produtos, como fornecedora de matéria prima para a construção das primeiras palafitas. A ocupação da Vila da barca teve início em terra firme, na orla, e avançou para a Baía de Guarujá a medida que aumentava o número de moradores. A infraestrutura urbana do local era precária, sem fornecimento de água encanada ou energia elétrica.

Conforme relata Freitas (2015), em 2004, a área de palafitas da Vila da Barca era de cerca de 43700 m², atualmente com o Projeto de Habitação e Urbanização da Vila da Barca em andamento, sua área passou para aproximadamente 81380 m² para atender ao mesmo número de moradores. Esse aumento foi determinado pela administração municipal da época pelos motivos de que: a) seria menor o custo adquirindo o terreno ao lado, em vez de remanejar a população para outra área até que o conjunto ficasse pronto; b) seria uma solução mais rápida para que ao menos parte dos moradores fossem instalados em habitação de qualidade; e c) importância de se dar uma resposta a um problema tão grave como a relacionada com a qualidade de vida insalubre dos moradores da Vila da Barca.

Figura 06- Vila da Barca em 2006



Fonte: Blog Meia Dois Nove, 2006

Segundo Aflalo (2017), o Projeto de Habitação e Urbanização da Vila da Barca, projetado pelo arquiteto Luiz Fernando de Almeida Freitas foi iniciado em 2004 e teve suas obras executadas em fases, algumas unidades estão construídas, outras em construção e algumas ainda não saíram do

papel, o que dificulta uma análise pós-ocupação. O que se pode ressaltar é que o projeto é um exemplo de boa inserção urbana e fluidez, visto que, além de dar continuidade a malha urbana do entorno e se conectar com o mesmo sem estabelecer barreiras físicas, assim como, permitir em suas vias internas o acesso a todos os pontos fixos do empreendimento, possibilitando o tráfego livre de pessoas. Entre os pontos negativos pode-se citar a ausência de térreo livre no projeto do conjunto, em se tratando de permeabilidade visual, sendo a visibilidade de um todo, ou mesmo de uma quadra inviável. Outra questão negativa é a falta de espaços exclusivos para o uso de bicicletas (ciclovias ou ciclofaixas e bicicletários) que é o segundo principal meio de transporte dos moradores depois do ônibus.

No decorrer da extensão e proximidades da Villa da Barca, estão implantadas edificações com usos diversificados voltadas para o comercial, porém poucos deles estão voltados para o público beneficiário da Vila da Barca, que, de acordo com as diretrizes projetuais do Programa Minha Casa, Minha Vida, deve ser compensado pelo projeto incluindo também a previsão de redes de infraestrutura urbana caso esteja carente no local. (AFLALO, 2017)

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada se concretizará através de pesquisas bibliográficas através da leitura de diversos artigos e publicações acerca do assunto. A pesquisa bibliográfica se define como o levantamento de informações e referências diversas já existentes, e tem o objetivo de certificar o leitor acerca de um assunto específico. (GIL, 2002)

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Através da pesquisa bibliográfica por meio da leitura de artigos e publicações, pode-se analisar que a Habitação de Interesse Social no Brasil, desde seus primórdios vem sofrendo diante do descaso dos órgãos públicos e privados. Todas as iniciativas voltadas para a solução dos problemas sociais e econômicos, tinham antes de mais nada, interesses próprios por parte do Governo e das Instituições privadas. Nunca se buscou desenvolver um planejamento visando solucionar os sérios problemas de falta de moradia e emprego. Quando se resolve construir conjuntos habitacionais para dar moradia à população, esses são projetados sem o devido cuidado,

sem a preocupação de atender as necessidades básicas dos cidadãos, como infraestrutura provida de água encanada, energia elétrica, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, transporte público, espaço para o lazer e recreação, assim como hospitais, postos de saúde, escolas, creches, próximos e estes conjuntos de forma a atender aos moradores, sem a necessidade de os mesmos terem que se deslocar para outras regiões da cidade.

Diante do objetivo deste trabalho, o qual é determinar os reflexos que a construção de habitação de interesse social podem trazer para as áreas menos favorecidas de uma cidade, foram analisados vários aspectos, entre eles, como vivem as pessoas de baixa renda, que não possuem emprego fixo com carteira assinada, que dependem de serviços informais ou pouco valorizados e quais as necessidades básicas dessas pessoas para ter um mínimo de dignidade, mesmo que se sabe que todos deveriam ter não só o mínimo mas o necessário para viver bem, com qualidade de moradia, de infraestrutura e emprego digno.

Mesmo tendo grandes arquitetos e planejadores preocupados realmente em atender a essa classe menos favorecida, por meio de projetos e planejamentos que busquem uma melhor qualidade de vida à população, isso não é o suficiente, pois deve haver mais interesse e participação do governo e das empresas particulares, através de investimentos e financiamentos na área da construção de Habitação de Interesse Social e que o mercado imobiliário e da construção civil não queiram tirar sempre proveito em benefício próprio, mas sim, ajudem a expandir as cidades de forma organizada e bem planejada em prol de todos.

Para buscar uma visão mais ampla dos reflexos que a construção da Habitação de Interesse Social podem trazer para uma cidade, foram analisados alguns casos de programas voltados para solucionar a falta de moradia, como a situação em que vivem os moradores no Complexo da Maré, as intervenções diagnosticadas no Jardim Santa Paula na cidade de Marília-SP, a Pós avaliação do conjunto habitacional do loteamento Zilda Arns e por fim as mudanças ocorridas com a construção do Conjunto Habitacional na Vila da Barca em Belém, no Pará. Portanto, de acordo com o que foi constatado nos exemplos citados, pode-se considerar que os reflexos podem ser tanto positivos como negativos, como o exemplo a Vila da Barca, local totalmente alagado com casas sob palafitas e sem infraestrutura. Após a construção do Conjunto Habitacional Vila da Barca o espaço recebeu novas moradias permitindo que o mesmo se transformasse tanto socialmente como economicamente, permitindo uma melhor qualidade de vida dos moradores. Já o aspecto negativo, foi constatado que no Loteamento Zilda Arns houve a construção de novas moradias, porém estas

com baixa qualidade construtiva e dos materiais utilizados, assim como o descaso dos moradores para a conservação das residências e áreas de lazer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do projeto de pesquisa, sentiu-se a necessidade da inclusão de mais um objetivo específico, o qual pudesse trazer uma visão mais ampla e profunda a fim de responder de forma precisa ao objetivo geral determinado. Para tanto, este objetivo específico foi o de apresentar a situação atual de pessoas que não possuem casa própria e vivem em situação de pobreza. Para se chegar a um denominador comum quanto ao título deste trabalho, o qual questiona sobre a Habitação de Interesse Social ser um bem ou um mal necessário? Foram utilizados materiais bibliográficos voltados ao assunto, assim como a leitura de casos reais que trouxeram uma melhor ideia de como vivem e se sentem as pessoas diante da pobreza.

Pode-se observar que ela é um mal necessário, pois dá condição de moradia aos menos favorecidos desprovidos de um teto para viver, mas infelizmente essas moradias são construídas longe dos centros das cidades, sem infraestrutura necessária para atender essa população e com baixa qualidade construtiva. Para Oliveira (2016), o problema habitacional não está limitado apenas à falta de moradia, mas também a falta de qualidade nos projetos, nos materiais utilizados e na execução de habitações de interesse social, que não devem ser vistas apenas como uma construção para uma população de baixa renda, mas como um projeto voltado para utilização da tecnologia, empregando técnicas e processos que reduzam o seu custo sem diminuir a qualidade da construção e que supram todas as funções da mesma forma que em qualquer outra habitação.

Com o Programa Minha Casa Minha Vida o qual visa atender a milhares de famílias através da construção da casa própria, não deixa de ser um bem, pois através dele é possível fazer o financiamento dessa habitação com valores mais suaves, mas também é um mal, pois o indivíduo passa boa parte da vida pagando. Um grande problema que assombra essas construções é que a especulação imobiliária e as construtoras têm por objetivo enriquecer às custas dos menos favorecidos.

Segundo Oliveira (2016), com o intuito de solucionar o problema em um curto período de tempo, isso gera uma produção em série de unidades habitacionais, multifamiliares ou unifamiliares, porém para que essas habitações sejam adequadas é necessário que haja um controle

durante a sua construção, além de um acompanhamento após a sua ocupação, garantindo a qualidade de moradia, a satisfação e o bem-estar dos indivíduos que ocupam essas áreas.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. 1 ed. São Paulo: EPUSP, 1995.

AFLALO, A. B. B. **Nova Vila da Barca em Belém, Pará: considerações sobre os programas habitacionais e o projeto de habitação e urbanização**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

BONDUKI, N. **Origens da habitação de interesse social**. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Arquitetura social: todos têm direito à habitação**. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/arquitetura-social-todos-tem-direito-habitacao/>> Acesso em: 23 jun. 2018.

FERNANDES, M. Agenda **Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003

FREITAS, L. F. **Entrevista com o Arquiteto Luis Fernando de Almeida sobre o Projeto da Vila da Barca**, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARICATO, E. **O minha casa é um avanço, mas segregação urbana fica intocada**. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>> Acesso em: 23 jun. 2018.

OLIVEIRA, D. F. **Avaliação Pós ocupação em conjunto habitacional de interesse social construído com paredes de concreto moldadas in loco na cidade de Santa Maria, RS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

PLATONOW, V. **Comunidade da Maré pede moradia digna e condições de trabalho**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/moradores-da-mare-pedem-moradia-digna-e-condicoes-de-trabalho>> Acesso em: 23 jun. 2018.

SARGES, M. D. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque**. 3 ed. Belém: Paka – Tatu, 2010.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal De Marília. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. São Paulo, 2010.



SOUZA, S. S. **Os caminhos da urbanização da Vila da Barca: passado, presente e perspectivas futuras.** 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Pará.